

ESTADO DE

DE SÃO PAULO

Caridade começa em casa

-8 SET 1988

A nova Constituição devolve ao Congresso o poder de modificar o orçamento geral da União, o que representa, sem dúvida, grande conquista democrática. Afinal, foi da discussão da lei de meios que a democracia nasceu, na Europa. Bem avaliando esse avanço, lembremos, dias atrás, que a reunião de anteontem da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional seria excelente oportunidade para que se pudesse avaliar o grau de seriedade da atuação dos representantes da União diante de suas novas responsabilidades. Todavia, já nessa primeira reunião se desvaneceram tais esperanças.

A primeira reação dos membros da Comissão foi a de reintegrar no orçamento as verbas do programa de subvenções a entidades sociais que vinham sendo distribuídas há 40 anos por deputados e senadores, verbas essas que o governo, em sua Operação Desmonte, teve a audácia de extinguir. Foi em 1948, mediante acordo informal entre o Executivo e o Legislativo que os recursos orçamentários destinados às entidades filantrópicas passaram a ser

divididos, igualmente, entre os deputados e os senadores. Inegavelmente, um recurso para que os membros do Congresso pudessem, mais comodamente, conquistar votos. Tais verbas — mantidos os valores de 1987 — somariam hoje algo em torno de três bilhões de cruzados, o que, dividido entre os 559 parlamentares, daria a cada um quantia equivalente a 5,3 milhões de cruzados.

A recuperação do poder de conquista de votos — preocupação primordial dos membros da Comissão — bem expressa o espírito que deverá presidir o exercício das novas responsabilidades dos parlamentares. Cumpre esclarecer que, no quadro da nova Constituição, a vigorar na discussão orçamentária, os membros do Congresso poderão modificar a distribuição das despesas, transferindo-as de um setor para outro, desde que suas decisões não venham a afetar os gastos totais. Têm, por única restrição, as despesas com pessoal, o serviço da dívida interna e externa e as transferências a Estados e Municípios. Resta-lhes, porém, a possibilidade de elevar as receitas mediante

criação de novos impostos e alíquotas.

Diante desta primeira reação dos integrantes da Comissão, pode-se recear o surgimento, à sombra desta reconquista constitucional, de uma série de medidas condenáveis em que, exercendo seu poder de barganha, cada congressista cederá algo aos outros, para satisfazer suas ambições eleitorais. Dar-se-á assim ao orçamento a feição de uma peça em que se refletirá a soma dos interesses particulares dos membros do Congresso em detrimento do interesse nacional.

Já existem motivos para preocupação. Governadores, inconformados com a Operação Desmonte, propuseram, com grande dose de irresponsabilidade, que o orçamento seja recusado, o que nos levaria a grave impasse, uma vez que tal recusa forçaria provavelmente a aplicação do orçamento de 1987, num quadro de receitas totalmente diferente por força da nova Constituição.

Mais grave ainda nos parece o fato de que, depois de o presidente da Comissão ter afirmado que "o orçamento é um instrumento da Nação e não do Poder

ANC P3

Executivo" (faltou acrescentar "ainda menos dos membros do Congresso"...), tivesse o relator do órgão asseverado que este "não tem nenhum comprometimento com a meta do déficit de 2% do Produto Interno Bruto", acrescentando: "Nosso comprometimento é com a transição para a normalidade, onde o déficit entra sob o aspecto político". A decisão do governo de limitar a 2% do PIB o déficit público, faz parte, certamente, de um compromisso com o FMI correspondendo todavia, antes de tudo, a uma necessidade de redução de pressões inflacionistas, as quais, além de quaisquer outras injunções, ameaçam a transição democrática.

Ao Congresso, realmente, poderia caber grande papel na discussão do orçamento: poderia, por exemplo, criticar o projeto do Executivo por não ter tido, este, a coragem de reduzir o número de funcionários, e ainda por manter incentivos custosos e muitas vezes inúteis, preferindo optar por outra direção, qual seja, a defesa dos seus interesses eleitorais. Certamente, este primeiro teste muito entristeceu aqueles que acreditam na democracia...